

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA NA VULNERABILIDADE¹

Lediane Braz Rodrigues²

Orientadora Karen Franklin³

Resumo

A educação tem sido historicamente reconhecida como um dos principais meios de ascensão social e emancipação do sujeito. No entanto, para populações em situação de vulnerabilidade social, o acesso ao ensino de qualidade ainda é um desafio significativo. As desigualdades estruturais, associadas a fatores econômicos, culturais e históricos, criam barreiras que dificultam a permanência e o sucesso escolar de indivíduos que enfrentam condições adversas. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da educação como instrumento de transformação social, com base em uma trajetória de vida marcada por dificuldades extremas. Através da análise de experiências pessoais e profissionais, busca-se compreender de que maneira a educação pode modificar realidades e proporcionar novas possibilidades para indivíduos em situação de risco. Também são discutidas abordagens pedagógicas e políticas públicas que podem contribuir para o fortalecimento do ensino como ferramenta de equidade social.

Palavras-chave: Educação; Vulnerabilidade social; Equidade; Políticas públicas; Transformação social.

INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel crucial na mobilidade social, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A escolaridade pode representar a diferença entre a perpetuação do ciclo de pobreza e a conquista de melhores condições de vida. A trajetória educacional de um indivíduo pode ser determinante para sua ascensão social, fornecendo não apenas conhecimento acadêmico, mas também ferramentas para o desenvolvimento da autoestima, da autonomia e da capacidade crítica.

A educação é um direito fundamental e um dos principais fatores de transformação social. Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, a educação é

¹ Relato de experiência financiado pela Capes através das Bolsas de Incentivo à docência do Programa PIBID 2022/2024.

² Graduação em Pedagogia pela UFPR e bolsista do Programa Institucional de Incentivo à Docência – PIBID.

Email

³ Professora do DTFE/UFPR, coordenadora de área do subprojeto PIBID – Pedagogia 2022/2024.



dever do Estado e da família, devendo ser promovida com o objetivo de pleno desenvolvimento da pessoa e sua qualificação para o trabalho e cidadania (BRASIL, 1988). No entanto, indivíduos em situação de vulnerabilidade frequentemente encontram barreiras para acessar e permanecer na escola, perpetuando ciclos de desigualdade (SAVIANI, 2008).

Nesse contexto apresento minha trajetória como pessoa e estudante demonstrando que o investimento pessoal para enfrentar as barreiras da educação deficitária pode melhorar significativamente a vida das pessoas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PESSOAL

A educação desempenha um papel crucial na mobilidade social, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A escolaridade pode representar a diferença entre a perpetuação do ciclo de pobreza e a conquista de melhores condições de vida. A trajetória educacional de um indivíduo pode ser determinante para sua ascensão social, fornecendo não apenas conhecimento acadêmico, mas também ferramentas para o desenvolvimento da autoestima, da autonomia e da capacidade crítica.

Minha história de vida, revela que mesmo crescendo em um ambiente de extrema pobreza e violência, não sucumbi a tal realidade. Minha escolarização foi interrompida precocemente, e, aos 12 anos, precisei ingressar no mercado de trabalho para auxiliar na subsistência familiar. Apenas aos 15 anos consegui retomar os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar dos desafios, concluí o ensino médio aos 39 anos e, posteriormente, fui aprovada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Curso de Pedagogia EAD, consolidando a crença na educação como instrumento de emancipação social.

Essa experiência reforça a tese de que o investimento em educação básica e políticas inclusivas são fundamentais para garantir oportunidades àqueles que tiveram sua trajetória interrompida por adversidades. Como destaca Libâneo (2012), a educação é um direito essencial que deve ser assegurado de forma equitativa, permitindo que indivíduos de diferentes contextos socioeconômicos tenham acesso à escolarização e, conseqüentemente, à mobilidade social. Dessa forma, a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à educação inclusiva é essencial para romper com os ciclos de desigualdade e possibilitar trajetórias de superação e sucesso acadêmico e profissional.

Mesmo com a escolaridade superior e o contínuo aprendizado, continuo tendo dificuldades, ora cognitivas, ora de comunicação. No processo acadêmico descobri que tenho TDAH e dislexia, o que colabora para aumentar os desafios a serem enfrentados. Apresento



algumas dificuldades comunicativas verbais e discursivas, e por isso, descobri no estudo de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), forma de comunicação capaz de dar vazão ao que penso e desejo como profissão. Hoje mantenho o investimento educativo no aprimoramento desse campo educacional.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

O investimento em educação básica tem um papel fundamental na transformação da vida de pessoas em situação de fragilidade econômica e cultural. A educação, quando concebida como um instrumento de emancipação social, permite que os indivíduos compreendam e transformem sua realidade, tornando-se agentes ativos de suas próprias histórias. Neste contexto, os pensamentos de Paulo Freire, Demerval Saviani e Moacir Gadotti oferecem contribuições fundamentais para a compreensão do papel da educação básica na promoção da equidade social.

Paulo Freire (1987) argumenta que a educação deve ser libertadora, ou seja, um processo que permita aos educandos adquirirem consciência crítica sobre sua realidade e, a partir disso, atuarem para modificá-la. A pedagogia freiriana contrapõe-se à educação bancária, que apenas deposita conhecimentos nos alunos sem possibilitar uma reflexão crítica. Para Freire, a educação dialógica e problematizadora é essencial para empoderar indivíduos em condição de vulnerabilidade, permitindo que construam caminhos para uma vida mais digna e autônoma.

Na mesma perspectiva, Demerval Saviani (2008), por meio da teoria histórico-crítica, destaca que a escola deve desempenhar um papel central na transformação social. Segundo o autor, a educação não deve apenas reproduzir as desigualdades existentes, mas sim atuar de forma proativa na redução das distorções sociais, promovendo a equidade e a justiça. Isso significa que uma educação de qualidade para todos, especialmente para aqueles em situação de fragilidade econômica e cultural, é um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Moacir Gadotti (2009) reforça essa perspectiva ao enfatizar a importância do papel do professor na trajetória dos alunos em vulnerabilidade social. Para Gadotti, educadores que reconhecem e valorizam a história de seus alunos e promovem uma relação dialógica em sala de aula podem ser agentes efetivos de transformação. O professor, ao criar um ambiente de aprendizagem que respeita e incentiva o desenvolvimento integral do aluno, contribui para a formação de indivíduos mais preparados para enfrentar e superar os desafios impostos pela realidade socioeconômica adversa.



Dessa forma, investir na educação básica, com base nos princípios da educação libertadora de Freire, da perspectiva histórico-crítica de Saviani e da importância do professor defendida por Gadotti, é fundamental para possibilitar mudanças significativas na vida das populações em vulnerabilidade. O acesso a uma educação de qualidade não apenas amplia as oportunidades de mobilidade social, mas também fortalece a cidadania e a participação ativa dos indivíduos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória relatada demonstra que a educação pode romper ciclos de exclusão e desigualdade, proporcionando novas oportunidades. No entanto, para que isso ocorra, é essencial garantir uma educação de qualidade, acessível e inclusiva, acompanhada de políticas públicas que fortaleçam a equidade social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- Se precisar de mais ajustes ou incluir outras referências, estou à disposição!

